

# Corpo/Cidade: uma corpografia do medo

## Body/City: a bodygraphy of fear

**Marcelus Gonçalves Ferreira**

Mestrando em Comunicação do PPGC-UERJ e Coreógrafo no Curso de  
Direção Teatral da UFRJ

### **Resumo**

Este artigo discute a existência de um padrão de corporeidade na estruturação dos corpos dos sujeitos na cidade – resultante do medo da violência no cotidiano e sua espetacularização pela mídia. Foram feitas leituras de estudos que tratam das modificações arquitetônicas da cidade em função da proteção e segurança de como o corpo do cidadão se adapta, molda e atribui fisicidade às suas vivências. O que o corpo deixa transparecer nos registros de ação e movimento, tratamos como “corpografia urbana do medo”.

**Palavras-chave:** corpo; cidade; medo.

### **Abstract**

*This article discusses the existence of a pattern of corporeality in the structuring of the bodies of the subjects in the city—resulting from fear of violence in everyday life and its sensationalism by the media. Readings were made dealing with studies of the city’s architectural modifications depending on the protection and security and as the citizen’s body adapts, molds and adds physicality to their experiences. What the body depicts in the records of action and movement, we treat as “urban bodygraphy of fear”.*

**Keywords:** body; city; fear.

## O MEDO COMO DEFINIDOR DE PADRÕES

As informações veiculadas pela mídia de massa podem ser definidoras de tendências e comportamentos (Lima, 2002), fato que gera um grande interesse acadêmico. Neste texto, discutimos alguns aspectos na relação entre corpo e cidade a partir da constatação da intensificação da violência urbana, de sua exploração espetacularizante pela mídia e a consequente influência do medo resultante deste quadro na organização e estruturação dos grandes centros urbanos (Amaral, 2007; Freitas e Lessa, 2005). A violência urbana no cotidiano e sua espetacularização influenciam os comportamentos e ações dos cidadãos e refletem na arquitetura urbana contemporânea, que tende a se organizar de acordo com padrões de fuga e isolamento. O objetivo deste estudo é refletir sobre a possibilidade da existência de um padrão de corporeidade relacionado ao medo na estruturação dos corpos dos sujeitos das grandes cidades.

Para o desenvolvimento deste estudo, primeiramente discutimos como a sensação do medo se apresenta na transformação da arquitetura da cidade e, posteriormente, refletimos sobre as vivências do cidadão nos espaços “contaminados” pelo medo, em como elas podem ser definidoras de uma corpografia urbana específica. Assim, tentamos apontar um possível caminho de resistência dos corpos dos cidadãos ao se depararem com estruturas urbanas cerceadoras e espetacularizantes. Questionamos se o que se apresenta como um ambiente urbano opressor não oferece frestas para o corpo se expressar e reordenar suas experiências no cotidiano das cidades. Deste modo, para localizar a problemática das corporeidades na dinâmica do mundo contemporâneo, partimos dos estudos de Zygmunt Bauman, Félix Guattari, Massimo Canevacci e Michel Foucault. Utilizamos o conceito de corpografia apresentado por Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dultra Britto para refletir sobre a relação do corpo e a cidade, associando a estudos que tratam da violência e das transformações urbanas.

A corpografia urbana é a interação entre o corpo e a cidade

“mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade” (Jacques e Britto, 2008, p. 182).

A partir deste entendimento, acreditamos que o contexto social que se apresenta em relação ao medo da violência condiciona uma vivência do cidadão neste ambiente e por isso define um efeito, uma grafia específica em seu corpo.

O papel da mídia quanto à espetacularização da violência resulta em duas situações distintas, uma delas seria a banalização dos atos violentos, tornando-os corriqueiros e sem importância no dia a dia das pessoas, ou então, a criação de um estado de alerta coletivo, em que são adotadas posturas de suspensão das vivências urbanas em favor de experiências seguras. Neste cenário, o que parece ocorrer também é a apropriação capitalista desta situação

de envolvimento do cidadão com seus temores e, assim, se estabelece mais um foco de produção e mercado de consumo, o do seguro e da proteção. A mídia, neste contexto, fortalece a construção dessas representações nas associações entre violência e pobreza, marcando cada vez mais as desigualdades sociais, quando, ao mesmo tempo, potencializa a sensação de medo e insegurança com a exposição diária da violência. Gera assim, um ambiente propício para o cidadão consumir produtos relacionados ao se proteger. Como esclarece Amaral,

É esse sentimento de vitimização que fortalece o imaginário das cidades como locais violentos e legitima a adoção de medidas privadas de segurança e a construção de espaços seguros (shopping centers, edifícios comerciais e condomínios vigiados, entre outros) que acabam por segregar o espaço público (Amaral, 2007, p. 128).

Com a legitimação desses locais seguros, observa-se que, por natureza, eles se tornam excludentes e segregam em diversos níveis, além do físico também ocorre no nível simbólico, nas diferenças econômicas, raciais e de status social. Num efeito cíclico e complementar o binômio mídia/mercado na relação violência urbana/medo acaba rendendo dividendos para alguns e transformando os espaços públicos em locais de uso restrito ou, sob outro olhar, em locais controlados e sujeitos ao exercício de poder.

88

Diante de um cenário urbano envolto em violência cultivamos os temores de lidar com as diferenças e o desconhecido. Segundo Bauman, como um sentimento que comanda tanto o comportamento animal quanto o do ser humano, o medo é “o nome que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (grifos do autor) (2008, p. 8). O medo resulta, assim, em reações imediatas no organismo ao enfrentar ameaças e incertezas com comportamentos de fuga, passividade ou enfrentamento e agressão. Para o autor, no humano conhecemos uma espécie de “medo derivado”, um medo social e culturalmente elaborado, que se apresenta como processos mentais estáveis podendo ser descritos como o sentimento de suscetibilidade iminente ao perigo, o que pode gerar sensação de insegurança e vulnerabilidade. É com este “medo-derivado” e de propriedades líquidas que a sociedade urbana convive na contemporaneidade.

De acordo com Bauman, o sujeito “que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro com o perigo; o ‘medo derivado’ adquire a capacidade de autopropulsão” (*idem*, p. 9). A sensação do medo, neste sentido, é fluida e pode estar totalmente “desacoplada” de sua origem. As pessoas influenciadas pelas derivações do medo e pelo perigo que espreita em qualquer espaço, seja físico ou simbólico, reagem no cotidiano instintivamente com enfrentamento e agressão ou com recuo e aprisionamento, negando o encontro direto com o mundo. Podemos perceber, neste sentido, que há uma incorporação, ou seja, uma fisicalização das atitudes de medo nas reações corporais.

Desta maneira, os dispositivos criados para lidar com o medo na atualidade, além de interferir diretamente na estética urbanística, que modifica o comportamento social e a vivência do ambiente pelo cidadão, acaba por reconfigurar a materialidade, a corporalidade de suas práticas e ações na cidade e definir um padrão específico de “corpografia do medo” na vida urbana.

### **SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO!**

O medo crescente no imaginário das grandes cidades aumenta a necessidade de proteção e acaba ocorrendo o cerceamento das ações com a restrição do espaço de uso dos cidadãos. Como solução prática, tornar o ambiente seguro, além de cercá-lo é também torná-lo controlado. A proliferação dos sistemas de monitoramento dos espaços, sob vigilância constante, acompanhados da reformulação da arquitetura com lugares seguros, acaba confinando os indivíduos e sugerindo na estruturação física dos espaços semelhanças com o modelo tradicional de prisão desenvolvido por nossa sociedade, embora contraditoriamente, os indivíduos tenham livre arbítrio para deslocamento. A restrição do espaço está relacionada ao novo padrão que se estabelece em função do “medo derivado”, onde o cidadão se isola para se proteger e deixa de relacionar de forma ampla com o mundo. Assim, o corpo sofre restrições e por isso “correções” na sua forma de expressão em relação à cidade. O cidadão sofre, neste caso, um modo de “punição consentida” onde a fuga é a solução.

Neste contexto, embora sejam atribuídas culpabilidades pela origem do medo na sociedade, elas também ocorrem num nível mais amplo e abstrato. A vigilância é irrestrita e se espalha nos ambientes e, muitas vezes, não há concretamente um contraventor que ameaça, todos em potencial podem estar sob as mesmas regras e punições. Em outras palavras, todos estão subjugados a um discurso velado, que pode ser traduzido como “cuidado, ande na linha, sorria... alguém te observa!”, o que é corroborado pelo cidadão com sua adequação às regras como um procedimento natural de subserviência.

Como mencionado anteriormente, o comportamento de recuo que os indivíduos apresentam sob a insígnia do medo gera também um reflexo no corpo da cidade, na estruturação de suas formas arquitetônicas e espaços de convivência. Ferraz (2010), no estudo intitulado “Arquitetura da violência”<sup>1</sup>, reconhece o surgimento de uma nova tipologia funcional e formal na arquitetura da cidade, conseqüente de um quadro de medo e exclusão social. De acordo com a autora, as formas de “habitar” nos grandes centros urbanos (neste estudo são as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo) têm origem nas desigualdades econômicas e sociais, que expõe uma forma de exclusão,

(...) de forma polarizada, pela dupla exclusão: a auto-exclusão das elites nos bairros de alta renda e a exclusão dos miseráveis sem acesso à moradia. Sedeumlado as elites se protegem confinadas em fortalezas e bunkers urbanos contratando proteção e segurança particular de todo tipo, o poder público e encarregados do pobre miseráveis através de políticas públicas

derepressão, recolhimento e confinamento, para mantê-los fora do campo de ação e de visão, sob controle, muitas vezes até mesmo legitimando, pela aprovação velada ou disfarçada, ou pela omissão, o seu extermínio (Ferraz, 2010, p. 2).

O poder discursivo da mídia muitas vezes constrói e agencia as hierarquias sociais, reforça as desigualdades, e o que poderiam ser “diferenças naturais” passam a ser oposições sociais. Tal atitude justifica a estigmatização das classes menos favorecidas economicamente com sua associação à violência e ao crime. Junto a este fato, o aumento exponencial da insegurança e do “medo derivado” como nos fala Bauman, justifica o alto empreendimento no mercado de segurança e proteção. Daí novas concepções e reformulações arquitetônicas, em suas variadas formas de intervenção com estruturas de proteção nos edifícios, se espalham nos espaços públicos e privados. O resultado em termos urbanísticos é que parece que a cidade pós-moderna está voltando às fortalezas da Idade Média.

Ferraz conclui que,

Assim, os moradores dos bairros luxuosos, de um lado social da violência e do medo, vão “desenhando” um novo padrão funcional e formal de arquitetura e, conseqüentemente, de cidade. Como estratégias de proteção patrimonial são variadas as combinações e apropriações de linguagens arquitetônicas que produzem e reforçam, por exemplo, o caráter medieval e/ou carcerário de grande parte dessas construções (Ferraz, 2010, p. 7).

90

Desta maneira, com a intenção de proteção e de ter liberdade na privacidade, o cidadão se enclausura. Como aponta claramente Freitas e Lessa, “paradoxalmente, esta liberdade se dá entre grades e muros, configurando-se, assim, uma nova espécie de adaptação do corpo humano em relação à cidade” (2005, p. 72). Os autores exemplificam o fato com a formação das “ilhas urbanas” na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, onde “o bairro é concebido como um grande arquipélago, no qual suas ilhas – os condomínios fechados, os *shopping centers* e os centros empresariais – são interligados por grandes avenidas projetadas para se passar em alta velocidade” (*idem*, p. 71). Configurados como espaços seguros, são também apartados, onde os cidadãos tentam suprir suas necessidades com o mínimo de contato com o ambiente exterior.

Neste sentido, quando a cidade se estrutura neste formato, há o dado arquitetônico e formal que se identifica com as características tradicionais de confinamento da prisão. De acordo com Foucault (2009, p. 217), a “instituição-prisão”, onde os processos de dominação e cerceamento utilizam a penalidade de detenção e são apoiadas em leis e justiça penal, é algo recente e data dos fins do século XVIII e princípio do século XIX. Este modelo se apresenta como uma aparelhagem para coibir os indivíduos tornando-os dóceis e úteis, e este trabalho recai exatamente sobre o corpo. O corpo sofre a punição direta de sujeições disciplinares, através do enclausuramento, sendo este um mecanismo de intervenção no movimento do espaço individual. Todavia, aqui interessa pensar a “forma-prisão” em sua estrutura primária,

como define o autor, antes mesmo da passagem para a forma institucionalizada, para assim, comparar estes mecanismos disciplinares com as estruturas dos espaços públicos de nossa sociedade atual. Assim, para analisar o quadro atual urbano deve ser levada em conta a definição de Foucault,

A forma-prisão preexiste à sua utilização nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que acumula e centraliza (*idem*, p. 217).

Os espaços atuais no aspecto da função não se encaixam nos “moldes tradicionais” de privação, embora, como salienta Ferraz (2010, p. 7), sofram as intervenções arquiteturais neste sentido e forcem os indivíduos ao cárcere. À primeira vista, os cidadãos têm liberdade no ir e vir, mas em essência estes espaços urbanos apresentam dispositivos, que se assemelham em parte ao modelo institucional, que submetem os cidadãos aos procedimentos de controle e punição com o mesmo potencial, senão maiores.

91

Ao associar este pensamento à reflexão de Bauman (2001) sobre os “tempos moderno-líquidos” podemos dizer que, nestes tempos, os processos de docilização se apresentam mais sutis, porém acompanham o raciocínio de Foucault sobre a eficácia do modelo sobre o rendimento, a visibilidade, a divisão espacial, o registro e observação dos indivíduos. De maneira mais fluida, com os processos de espetacularização da vida, da violência e dos espaços para consumo que as mídias reforçam diariamente, é gerado um fator de coerção e controle do comportamento dos cidadãos. Sob o medo e o consumo da proteção, os indivíduos são disciplinados e submetidos a uma performance social que aponta para uma classificação e rendimento dos corpos. Pode-se dizer que nas cidades contemporâneas há algo de volátil nos sistemas de controle, o corpo é docilizado por mecanismos fluidos.

De acordo com Bauman (2001, p. 17), na atualidade o que se apresenta é uma estrutura “pós-panóptica” de controle, onde o sistema de poder não se dá mais como antes, como no projeto Panóptico de Jeremy Bentham, onde o domínio era sobre o espaço e o tempo, com a estratégia de redução e rotinização da mobilidade. Ao contrário, a forma de controle se tornou “verdadeiramente extraterritorial”. Não há mais uma torre de controle, “rotinizadores” e “rotinizados”, em uma relação dual clara de poder. Além de panorâmica e multidirecional, a estrutura de dominação se apresenta como um olho multifacetado e em rede, fragmentado nos suportes midiáticos, a cada esquina ou espaço público ou privado. O que claramente atende a propósitos hegemônicos e de controle subjugados ao capital e ao consumo.

Esta contradição nos mecanismos que o cidadão busca na tentativa de proteção, liberdade e fuga da violência, relacionados ao novo padrão da

urbanização que se estabelece, reflete diretamente nos agenciamentos do corpo. Observados, controlados, envolvidos por muros, com a redução dos espaços e acessos, os cidadãos, de fato, são encarcerados, e se esquivam do convívio com o ambiente e com o novo, reduzindo e transformando seus movimentos e a relação com o próprio corpo.

### PAISAGEM CIDADE/CORPO OU CORPO-GRAFIA DA CIDADE?

De acordo com Jacques e Britto (2008, p. 187), a cidade e o corpo estão em um processo interativo de geração de sentido constante, o que implica “reconhecê-la como fator de continuidade da própria corporalidade dos seus habitantes”. As autoras quando investigam a cidade como continuidade, colocam o “corpo e ambiente – natureza e cultura” funcionando em um processo dinâmico de ajustes, de afetação e contaminação constante. Assim, a experiência da cidade se inscreve no corpo e o corpo é o meio onde há o trânsito das informações. Esta grafia corporal resultante é uma corpografia urbana, a própria narrativa da cidade inscrita, de acordo com o histórico particular de cada vivência.

Pensar a cidade como continuidade expressa uma ideia relacional e de extensão do corpo e seu ambiente de existência,

92

Propõe que se pense no corpo como sendo uma síntese dos padrões sensório-motores que foram selecionados ao longo dos seus processos relacionais com a cidade, e, a cidade, como sendo a síntese resultante desses padrões de ação corporal dos seus habitantes. Cada cidade imprime um comportamento que pode ser rastreado e filtrado em vocabulário corporal, assim como cada comportamento requer um tipo de cidade que o acolha (Ahmed e Britto, 2010).

As corpografias, portanto, são o resultado de um corpo em processo numa experiência espaço-temporal com tudo o que faz parte do seu ambiente de existência, com suas determinâncias físicas e simbólicas, onde experiências que “ganharam alguma estabilidade (tornaram-se hábito) como padrão sensório-motor”.

Neste sentido, o ambiente urbano não é somente um espaço físico para ser ocupado, mas inversamente, é tido como um “campo de processos” que atua como fator de configuração e continuidade de corporalidades.

As corpografias permitem tanto compreender as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência de espacialidade, quanto compreender as configurações urbanas como memórias especializadas dos corpos que as experimentaram. Elas expressam o modo particular de cada corpo conduzir a tessitura de rede de referências informativas, a partir das quais o seu relacionamento com o ambiente pode instaurar novas sínteses de sentido ou, coerências (Britto, 2010, p. 15).

Ao pensar sobre a relação corpo e espaço, Guattari (1992, p. 153) procura encaixá-la numa abordagem fenomenológica, refletindo sobre o caráter de inseparabilidade do corpo/espço vivido. De acordo com o autor, “a dobra do

corpo sobre si mesmo é acompanhada por um desdobramento de espaços imaginários”, ou seja, podemos ao mesmo tempo apreender circunstâncias distintas que representam aspectos de variados pontos de vista como estético, ético, afetivo..., diante de uma vivência em determinado espaço. O corpo na vivência do espaço se encontra numa relação cinestésica de completa absorção, onde há uma articulação dos sentidos na ação numa “relação quase hipnótica”. Há, portanto, “tantos espaços, então, quantos forem os modos de semiotização e de subjetivação”. Neste sentido, há tantas corpografias quantas forem as distintas apreensões do espaço vivido, no sentido das correlações também se remeterem às representações de um imaginário pessoal da experiência dos indivíduos.

Certeau (1994) diferencia o “lugar” do “espaço”. O lugar “implica uma indicação de estabilidade”, delimita um campo onde não há possibilidade de coexistências, está relacionado ao tipo de organização como o mapa, é apenas paisagem, localidade. Enquanto o espaço está relacionado ao percurso, em ações espacializantes. “Em suma, o espaço é o lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres” (Certeau, 1994, p. 201). Desta maneira, a cidade é um campo de narrativas e se configura como tal a partir dos modos como nos relacionamos com os espaços e lhes atribuímos sentidos, ou seja, “transformamos lugares em espaços ou espaços em lugares”.

Os mapas são as cartografias que direcionam os habitantes na cidade, enfatiza Corrêa (2010, p. 90), e são “uma chave de análise importante ao trabalharmos com a problemática dos imaginários urbanos, ainda mais quando a proposta é fazer uma leitura deste imaginário – que é criação incessante – em relação aos medos relacionados à violência urbana”. Em outras palavras e aproximando-as das de Certeau, os mapas são organizações arbitrárias simples de direção e localização no plano da cidade, para mostrar os “lugares”, mas numa análise mais profunda a cerca do uso destes sentidos e direções é possível desvendar os significados das atividades expressivas ligadas ao cotidiano destes “espaços”, quanto aos modos de ocupação ou esvaziamento, o que pode ser relevante como parte do entendimento do imaginário social construído relativo aos sintomas do medo.

Para Caiafa (2007, p. 57), a circulação dos pedestres nos espaços urbanos é que define a habitabilidade da cidade. Portanto, as escolhas arquitetônicas e ocupacionais quanto ao que é público ou privado na cidade definem a experiência da caminhada ou, em termos mais gerais, os padrões perceptivos dos pedestres. A autora cita Walter Benjamin, que diferencia o pedestre transeunte, que “tem seu movimento ditado pela agitação urbana e não frui da sua caminhada” e o *flâneur* que “deambula a seu bel-prazer”. Os espaços que determinam uma experiência urbana de partilha são os públicos, que por ela são chamados de “espaços de contágio”, que priorizam o pedestre e o transporte coletivo. A cidade só existe a rigor, quando favorece esses locais de troca, onde a forma de mobilidade urbana é a situação do pedestre de caminhar pela

cidade, comparada mais para o *flâneur* que para o transeunte. Para Caiafa (2007, p. 57), com a figura do *flâneur* “Benjamin resgata um aspecto criador na experiência moderna”, mas com a cidade privatizada direcionada para a propriedade, a “caminhada se tornou a primeira vítima”.

Conclui-se assim, que a experiência urbana está condicionada ao espaço partilhado coletivamente. Neste sentido, é relevante refletir na atualidade, se há a experiência do cidadão da fruição dos caminhos e cantos da cidade e do coletivo. Qual seria o sentido atribuído em residir sem “viver” a cidade, sem praticá-la ou, por outro lado, somente avistá-la pela janela dos veículos e elevadores panorâmicos ou dos edifícios espelhados. Possivelmente na cidade privatizada, a caminhada, como reporta os hábitos do *flâneur*, já se tornou algo do passado. Nostalgicamente, são estes os cidadãos que praticavam verdadeiramente o espaço urbano, se deixando levar ao sabor do vento expondo as sensorialidades ao ambiente e o contato com o outro, sem medo de experimentá-la.

Paola Berenstein Jacques, sugere uma outra categoria de experienciador da cidade, o “errante”, para então chegar à conceituação de corpografia.

Para o errante, são sobretudo as vivências e ações que contam, as apropriações com seus desvios e atalhos, e estas não precisam necessariamente ser vistas, mas sim experimentadas, com todos os outros sentidos corporais. A cidade é lida pelo corpo e o corpo escreve o que poderíamos chamar de uma “corpografia”. A corpografia seria a memória urbana no corpo, o registro de sua experiência da cidade (Jacques, 2006, p. 119).

A autora sugere que a ação de perder-se do errante é um ato voluntário. Ocorre mesmo em um lugar conhecido e se dá como a experiência que “através do erro (e da errância que este erro provoca) realiza uma apreensão ou percepção espacial diferenciada da sua própria memória local” (2006, p. 121). O perder-se num local conhecido é até mais rico do que o desorientar-se num lugar desconhecido. O perder-se leva a um outro estado sensorial que promove uma reorganização dos referenciais espaciais e possibilita uma nova/outra percepção do espaço.

A “errância” enquanto vivência possui três propriedades: de perder-se, da lentidão e da corporeidade. Estas propriedades podem ser consideradas como resistências ou críticas, pois contrastam com a natureza e tendência hegemônicas da arquitetura e urbanismo contemporâneos, que buscam “uma certa orientação (principalmente através do excesso de informação), rapidez (ou aceleração) e, sobretudo, uma redução da experiência e presença física (através das novas tecnologias de comunicação e transporte)” (Jacques, 2006, p. 126).

Apoiada nas teorias de Deleuze e Guattari sobre os processos de territorialização, Jacques (2006, p. 122; 2009, p. 134) aponta ainda que os errantes trabalham com a desterritorializam, a desorientação e acabam se reterritorializando através da própria prática da errância. Ao contrário, os urbanistas buscam a orientação, como nos mapas e na definição dos lugares e dos sentidos,

um não perder-se na cidade, portanto uma territorialização. Em outras palavras é um caminho curto, objetivo sem reflexões ou riscos.

Diante da atual espetacularização das cidades que se tornam cada dia mais cenográficas, a experiência corporal das cidades, ou seja, sua prática ou experiência, poderia ser considerada como um antídoto à essa espetacularização. O que chamo de espetacularização das cidades contemporâneas – que também pode ser chamado de cidade-espetáculo (no sentido debordiano) – está diretamente relacionado a uma diminuição da participação mas também da própria experiência urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística. A redução da ação urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade, os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. Os espaços públicos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão, o que abre possibilidades tanto para uma crítica da atual espetacularização urbana quanto para uma pesquisa de outros caminhos pelos urbanistas errantes, que passariam a ser os maiores críticos do espetáculo urbano (Jeudy e Jacques, 2006, p. 126).

95

A corpografia resultante dos habitantes da cidade reflete seus limites de vivência, seja pela influência de um imaginário do medo ou pela espetacularização e consumo. Mas, embora a potência das estruturas dominadoras e cerceadoras se apresente impressa na configuração dos espaços urbanos, os indivíduos ainda podem encontrar espaços neutros, onde há a possibilidade de redesenhar um estado dinâmico, de resistência na experiência com a cidade.

Canevacci (2008, p. 35) ao pensar a cidade contemporânea, afirma que existem zonas de ruptura ou “interstícios” que fazem parte da experiência metropolitana, os sujeitos criam essas zonas do entre (*in between*), deixam de vagar pelos espaços, escapam da sua uniformidade e assim, “criam zonas mutantes através do próprio transcorrer com um corpo-panorama que somatiza códigos ainda invisíveis, mas que podem produzir sentidos”. Ou seja, “entre corpos e interstícios se abrem aberturas desejantes de corpografias” (2008, p. 36). Neste sentido, numa via de mão dupla, na relação com os interstícios urbanos, o que o cidadão se defronta, na verdade, é com os espaços intersticiais do próprio corpo, num processo vivo e recriacional.

Ao adotar este pensamento e atitude em relação à experiência na cidade, abrem-se espaços para a não sujeição aos processos dominadores. Novas possibilidades e espaços de reformulação e resistência são gerados, vividos e corpografados. A cidade resiste no corpo do cidadão não como confinamento e anulação das suas possibilidades, mas como vivência revigorante e inovadora apesar dos mecanismos de controle e opressão gerados na sociedade atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos grandes centros urbanos, o cidadão está se esquivando do encontro com o outro e da experiência do espaço. Está perdendo a capacidade de ser “errante”, pois existe algo que o impele em sentido oposto. Com o medo, derivado

da violência espetacularizada, nossa sociedade urbana vive, contraditoriamente, encarcerada e exposta em ambientes controlados. A “forma-prisão”, que reporta a Foucault, persiste como um dado cultural no comportamento urbano e está impregnada no imaginário social definindo corpos, convivências, comportamentos e deslocamentos. É visível na cidade, é visível no corpo do cidadão.

Considerando os rumos que a cidade vem tomando, com a prevalência de uma cultura do medo e do espetáculo, de uma imposição aos “espaços” urbanos de uma estaticidade como “lugares”, é provável que o *flâneur* ou o “errante” sejam categorias em extinção. Mas, as “atitudes de errância”, como processos de desterritorialização, devem resistir e são necessárias para se reagir aos processos massificantes da espetacularização da cidade, que se estruturam como projetos urbanísticos visando atender ao consumo e à segurança.

É certo que atitudes de resistência existem em nossa sociedade. Diversos são os modos que o cidadão se reformula, se adapta e reage ao meio físico e suas estruturas simbólicas. Mas vale considerar que, muitas vezes, há uma convivência e acriticidade na relação com as estruturas de dominação e controle.

Deste modo, o conceito de corpografia urbana serve para entender o comportamento do cidadão na relação corporal com o espaço urbano. Quando, de forma consciente, emprestamos dinamicidade e co-afetação aos agenciamentos entre corpo e ambiente, conferimos grau de liberdade e não determinância dos fatores controladores e hegemônicos ao comportamento do cidadão, uma rota de fuga dos processos massificantes e opressivos. Diante da violência, dos ambientes cerceadores e corretores, o corpo reage, busca saídas, procura novos modos de expressão. E, com isto, uma atitude de resistência é reforçada para uma reestruturação dos condicionamentos das vivências relacionadas ao medo nos espaços da cidade.

Neste sentido, a expressão artística sempre se coloca como um dos recursos para exposição, crítica e conscientização destes antagônicos mecanismos sociais. A arte, como sempre, se mostra como um caminho para as transformações. Pela arte, o corpo e a cidade podem resistir como “espaços intersticiais”, zonas de ruptura, que praticados com atitudes errantes, des/reterritoralizantes, potencializam e reconfiguram as corpografias urbanas, possivelmente desvinculando-as do medo e dos processos dominadores.

Mas para que este processo tenha amplitude social, certamente este movimento deve passar por um ato volitivo e de conscientização, não apenas solitário, mas de âmbito coletivo.

**NOTAS**

**1** Grupo de pesquisa ARQVIOL - Arquitetura da Violência, Departamento de Arquitetura da UFF/RJ, Coordenadora Prof. Dra. Sonia Maria Taddei Ferraz.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AHMED, Alejandro; BRITTO, Fabiana Dutra. *CorpoCidade, debates em estética urbana 1*. Disponível em: <[http://www.corpocidade.dan.ufba.br/dobra/04\\_03\\_entrevista.htm](http://www.corpocidade.dan.ufba.br/dobra/04_03_entrevista.htm)>. Acesso em: 30/07/2010.

AMARAL, Layne. *Mídia e violência urbana: o corpo contemporâneo e suas afetações em uma cultura de risco*. In: Logos: comunicação e conflitos urbanos, N° 26.P. 123 – 132. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRITTO, Fabiana Dultra. *Co-implicações entre corpo e cidade: da sala de aula à plataforma de ações*. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. *Corpocidade: debates , ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 12 – 23.

CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANEVACCI, Massimo. *Fetichismos visuais – Corpos Eróticos e Metrôpole Comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORRÊA, Felipe Botelho. *A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana*. In: Revista Contemporânea. Rio de Janeiro, Ed.14 | Vol.8 | N1 | 2010. P. 88 – 105. Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_14/contemporanea\\_n14\\_08\\_Correa.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea_n14_08_Correa.pdf)>. Acesso em: 07/08/2010.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: ed. 34, 1992.

FERRAZ, Sônia Maria Taddei. *Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas?* Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas.shtml>>. Acesso em: 26/07/2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Ricardo Ferreira; LESSA, Roberta. *Da cidade aos meios: as narrativas da violência e o bairro da Barra da Tijuca*. In: Logos: comunicação e universidade - Vol. 1, N° 22. P. 59 – 74. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas: a memória da cidade no corpo*. In: VELLOSO, Monica Pimenta; ROUCHOU, Joëlle; OLIVEIRA, Cláudia (Orgs.). *Corpo: identidades, memórias e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. P. 129 – 139.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. *Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade*. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Espaço e teatro, do edifício teatral à cidade como palco*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. P. 182 – 192.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade*. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. P. 117 – 139.

KATZ, Helena; GREINER, Christine. *A natureza cultural do corpo*. In: SOTER, Silvia; PEREIRA, Roberto (Orgs.). *Lições de dança 3*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, s/d. P. 77 – 102.

LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e terra, 2002.